



Plano de Atividades e Orçamento 2018

2017 Novembro

Índice

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES A DESENVOLVER PELA EPAVE.....	2
1.1 INICIATIVAS PARA 2018	2
2. ORÇAMENTO PARA 2018	3
2.1 ORÇAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES	4
2.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES	9
2.3 AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	11
2.4 ENCARGOS FINANCEIROS.....	12
3. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS 2018.....	13
4. NOTAS FINAIS.....	14
ANEXO I – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	15

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES A DESENVOLVER PELA EPAVE

As atividades previstas para 2018 – incidiram fundamentalmente no que destas atividades era considerado estruturante e condicionador do futuro, a da consolidação do projeto da EPAVE.

No Plano Anual de Atividades 2017 previmos algumas iniciativas de destaque, pela sua amplitude e importância pedagógica, contribuíram para uma maior divulgação da EPAVE junto da comunidade, promovendo o conhecimento e a coesão social de todos os intervenientes neste projeto.

Elencamos, de seguida, algumas dessas iniciativas:

1.1 INICIATIVAS para 2018

✓ Parcerias e Protocolados da EPAVE

- Participação na Campanha de Informação e Sensibilização dos Idosos sobre as burlas;
- Reforçar a parceria com a GNR da Póvoa de Lanhoso;
- Reforçar a parceria com o Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal
- Reforça a parceria com a CPCJ da Póvoa de Lanhoso
- Reforçar a parceria com a SCMPL

✓ Responsabilidade Social da EPAVE

- Promoção da Feira Solidária;
- Criação do Banco de Livros Escolares;
- Reforço das atividades do Gabinete do Aluno e da Família

✓ A EPAVE na Comunidade

- ✓ Participação nas atividades concelhias promovidas pelas instituições;
- ✓ Participação nas atividades culturais promovidas pela CMPVL;
- ✓ Participação na Feira Quinhentista;
- ✓ Participação nas atividades promovidas pela CIM do AVE.

✓ A EPAVE na Europa

- Participação no Programa Comunitário ERASMUS+.

✓ Conhecimento e Inovação

- Alargamento da Oferta Formativa da EPAVE;

- Apresentação pública das Provas de Aptidão Profissional- PAP's
- Apresentação pública das Provas de Avaliação Final – PAF's;
- Dinamização do clube de Robótica industrial
- Dinamização do Ecoclube de mecânica.
- Criação do club de Radioamadorismo

✓ **Empregabilidade**

- Dinamizar a oferta formativa pós – laboral
- Dinamizar a empregabilidade dos jovens
- Reforçar as parceiras empresariais

✓ **Cultura escolar da EPAVE**

- Promover a cultura de responsabilização e autonomia da comunidade escolar;
- Criar quadro de honra dos melhores alunos;
- Reforçar a celebração de datas festivas;
- Valorizar o relacionamento inter pessoal

2. ORÇAMENTO PARA 2018

No âmbito das atribuições e missão da Escola Profissional do Alto Ave – EPAVE, emerge uma cultura identificada com o trabalho de toda a comunidade escolar.

No atual quadro comunitário de apoio, *Portugal 2020*, continuamos com a nossa aposta na máxima “*Invista em si, faça Formação Profissional*”, dando continuidade aos Cursos Profissionais e Cursos Educação e Formação de Jovens, aos Programas Comunitários de Mobilidade ERAMUS+ Aprendizagem ao Longo da Vida e Formação Modular Certificada ampliando o público-alvo da EPAVE.

No ano de 2018, consolidar-se-á o projeto educativo da EPAVE, quer através das candidaturas já apresentadas para o triénio 2016-2019 dos cursos que iniciaram em 2016, bem como iremos apresentar candidatura para os cursos que se iniciaram para o triénio 2017-2020 e ainda, para os que se irão iniciar no triénio 2018-2021, quer das novas candidaturas para cada uma das diferentes tipologias/programas de intervenção, cujos valores previsionais são apresentados no Plano de Ações para 2018.

De Setembro a Dezembro de 2018, ou seja, no próximo triénio letivo 2018/2021, prevêem-se a continuidade de 11 turmas em funcionamento, com a abertura de novos cursos 4 Cursos Profissionais pela logica da reposição de turmas.

Ano Letivo - Valores em numero de alunos				
Modalidade:	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
CEF		18	18	
CURSOS VOCACIONAIS	37	21		
CURSOS PROFISSIONAIS	174	178	217	261

Quadro 1: Quadro evolutivo número de alunos

Ano Letivo - Evolução Numero de Turmas				
Modalidade:	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
CEF		1	1	
CURSOS VOCACIONAIS	2	1		
CURSOS PROFISSIONAIS	9	9	10	11

Quadro 2: Quadro evolutivo número de Turmas.

Ano Letivo - Evolução do Volume de Formação Executados				
Modalidade:	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
CEF		19 800	21 514	
CURSOS VOCACIONAIS	40 700	23 100		
CURSOS PROFISSIONAIS	190 523	178 189	227 126	305 299

Quadro 3: Quadro evolução do Volume de Formação.

2.1 ORÇAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES

A EPAVE, dada a natureza do seu objeto social – ensino profissional, tem como principal fonte de financiamento da sua atividade os subsídios à formação, provenientes do Fundo Social Europeu. Esta contribuição europeia assegura 85% do montante de despesa elegível, correspondendo os restantes 15% à Contribuição Pública Nacional (CPN), assegurada pelo Estado Português.

As candidaturas aprovadas para o ano letivo 2015/2016, e seguintes, passaram a ser enquadradas no eixo prioritário do POCH – Programa Operacional do Capital Humano, com as regras e enquadramento legal específicos do referido Programa Operacional.

Relativamente à CPN deve ser tido em conta o estabelecido no nº2 do artigo 3º da Portaria 60-C/2015 “*Quando os beneficiários da operação sejam serviços da administração central, regional e autárquica, institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, fundos públicos, associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, a contribuição pública nacional é por si suportada conforme previsto no nº 3 do artigo 67º do Decreto-Lei nº 137/2014 de 12 de setembro.*”

Segundo esta norma, a interpretação que tem vindo a ser seguida pelo POCH é de que a CPN deva ser assegurada, no caso da EPAVE, pelo Município da Póvoa de Lanhoso.

Até ao ano letivo de 2015/2016, as ações foram cofinanciadas no âmbito do quadro comunitário de apoio anterior através do POPH – Programa Operacional Potencial Humano, cujas regras de financiamento, no que às comparticipações diz respeito, eram semelhantes às atuais, no entanto foi publicada legislação específica para salvaguardar que a CPN fosse assegurada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nomeadamente o Despacho nº 21 257/2008 de 13 de agosto, que criava um regime de exceção para as escolas profissionais privadas, cujo capital é maioritariamente detido por organismos públicos, atribuindo-lhes as mesmas condições em termos de financiamento das escolas profissionais detidas por entidades privadas.

A EPAVE tem desenvolvido ações no sentido de obter esclarecimentos cabais quanto ao enquadramento desta situação e mantém a expectativa de que não será privada desta parte do financiamento, no entanto até à data não foi publicada qualquer alteração legislativa no sentido de assegurar o pagamento da CPN por parte da Administração Central, no cofinanciamento das ações em funcionamento nas escolas profissionais privadas detidas por organismos públicos.

Esta interpretação legislativa, já referida em relatórios anteriores, conduz à necessidade de nos orçamentos do Município da Póvoa de Lanhoso, sejam inscritas verbas que permitam assegurar por parte desta entidade o cofinanciamento correspondente à CPN dos anos relativos ao atual quadro comunitário de apoio (2015 a 2021), em virtude de a Epave não gerar receitas próprias que permitam colmatar a falta deste montante no final do exercício – Ou a CMPVL enceta ações para não lhe serem imputados estes montantes ou deverá desenvolver uma formulação para suprimento deste deficit.

*APG
veref*

No quadro seguinte, estão evidenciados os valores referentes à CPN das ações desenvolvidas e financiadas no âmbito do atual Quadro Comunitário de Apoio através do POCH - Programa Operacional do Capital Humano.

No entanto, a Epave aguarda a reposição da legalidade de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº155/2017 de 6 de outubro de 2017 que consagra a importância das escolas privadas e assume a CPN através Orçamento de Estado via Ministério da Educação.

Financiamento Aprovado e a Apresentar	Anos						2021 Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
POCH-C, Vocacionais POCH-01-5266-FSE-000288	44 062,81 €	88 125,63 €					132 188,44 €
Contribuição Fundo - 85%	37 453,39 €	74 906,78 €					112 360,17 €
Contribuição Pública Nacional - 15%	6 609,42 €	13 218,85 €					19 828,27 €
POCH-01-5571-FSE-00113 - 2016-2019	287 120,32 €	795 709,37 €	526 293,24 €	206 096,31 €			1 815 219,24 €
Contribuição Fundo - 85%	244 052,27 €	676 352,96 €	447 349,25 €	175 181,87 €			1 542 936,35 €
Contribuição Pública Nacional - 15%	43 068,05 €	119 356,41 €	78 943,99 €	30 914,44 €			272 282,89 €
POCH-01-5266-FSE-000715	26 024,83 €	52 049,64 €					78 074,47 €
Contribuição Fundo - 85%	22 121,11 €	44 242,19 €					66 363,30 €
Contribuição Pública Nacional - 15%	3 903,72 €	7 807,45 €					11 711,17 €
POCH-01-5266-FSE-000813 - 2016-2018	24 664,08 €	74 528,66 €	50 401,20 €				149 593,94 €
Contribuição Fundo - 85%	20 964,47 €	63 349,36 €	42 841,02 €				127 154,85 €
Contribuição Pública Nacional - 15%	3 699,61 €	11 179,30 €	7 560,18 €				22 439,09 €
POCH-Cprofissional - Candidatura 2017-2020		136 964,17 €	411 555,85 €	411 555,85 €	275 255,04 €		1 235 330,91 €
Contribuição Fundo - 85%		116 419,54 €	349 822,47 €	349 822,47 €	233 966,78 €		1 050 031,27 €
Contribuição Pública Nacional - 15%		20 544,63 €	61 733,38 €	61 733,38 €	41 288,26 €		185 299,64 €
POCH-Cprofissional - Candidatura 2018-2021			136 964,17 €	411 555,85 €	411 555,85 €	275 255,04 €	1 235 330,91 €
Contribuição Fundo - 85%			116 419,54 €	349 822,47 €	349 822,47 €	233 966,78 €	1 050 031,27 €
Contribuição Pública Nacional - 15%				20 544,63 €	61 733,38 €	61 733,38 €	41 288,26 €
Total Ano - Contribuição Fundo 85%	37 453,39 €	362 044,63 €	900 364,06 €	956 432,29 €	874 826,87 €	583 789,26 €	233 966,78 €
Total Ano - CPN 15% - CMPVL	6 609,42 €	63 890,23 €	158 887,78 €	168 782,17 €	154 381,21 €	103 021,63 €	41 288,26 €
							696 860,69 €

Quadro 4: Identificação Fontes de Financiamento dos Projetos

Plano de ações para 2018

	Formandos	Formadores	Pessoal Não Docente	Rendas Alug e Amort	Prop E Desenvolv	Encargos gerais projetado	Total	Taxa Realiz Prevista	Orcamento 2016-2021 - Previsional	2017 - Orçamento	2018 - Orçamento
Candidatura											
Portugal 2020											
16 Cursos Profissional 2016/19	810 475					1 427 174	2 037 648	95%	1 935 766	750 298	526 293
Cursos Profissional 2017/2020	462 744					771 924	1 234 668	95%	1 172 934	96 930	411 556
Cursos Vocacionais 2016/17 (Jan a Ago 2017)	15 094					51 000	66 094	95%	62 790	37 674	
Cursos Educação e Formação de Jovens 2016/18	54 153					95 441	149 594	95%	142 114	85 268	50 401
	1 142 466	0	0	0	0	0	2 345 538	3 488 004	3 313 604	970 171	988 250
Erasmus KA 102 - Estágios Curriculares						87 951	87 951	95%	83 553		52 372
A Propor						87 951	87 951	95%	83 553		
Erasmus KA 102 - Estágios Curriculares						0	0	0	167 106	0	52 372
	0	0	0	0	0	0	175 901	175 901	167 106	0	52 372
Candidatura											
2 3 Formações Modulares Certificadas 10ºareas	29 719	31 000	21 186	3 296	9 416	13 183	107 800	100%	107 800	64 350	
	29 719	31 000	21 186	3 296	9 416	13 183	0	107 800	107 800	64 350	0
A Propor											
Portugal 2020											
16 Cursos Profissional 2018/2021	462 744					771 924	1 234 668	90%	1 111 201		136 964
	462 744	0	0	0	0	0	771 924	1 234 668	1 111 201	0	136 964
Total Geral	1 634 928	31 000	21 186	3 296	9 416	13 183	3 293 364	5 006 373	4 699 711	1 034 521	1 177 586

Quadro 5: Plano dos Projetos

Relativamente ao Orçamento de 2018 prevemos um acréscimo nos subsídios da formação na ordem dos 14% face ao previsto no ano anterior, que fica a dever-se à apostila na abertura de cursos profissionais (ensino secundário) cujo orçamento é mais elevado que o orçamento dos cursos de educação e formação de jovens (ensino básico).

Rubricas	2016 - Relatório de Gestão	2017 - Orçamento	2018 - Orçamental	Variação % do Orçamento
Rendimentos				
Serviços prestados - Empresas	10 252	9 272		-100%
Subsídio Câmara (CPN - 15%Candidaturas)		0	168 782	100%
Subsídios Formação Portugal 2020	1 014 110	1 026 582	1 008 804	-2%
	1 024 363	1 035 854	1 177 586	14%
Juros e Outros Rendimentos Similares	106	38	276	623%
Imputação Subsídios para Investimentos	37 629	37 605	37 638	0%
Outros Rendimentos e Ganhos			11 992	100%
Total de Rendimentos	1 062 098	1 073 498	1 227 492	14%

Quadro 6: Previsão de Rendimentos.

São também receitas próprias da EPAVE, os serviços prestados de Reprografia e Secretaria, que por via do enquadramento da atividade principal da Escola - Formação Profissional é enquadrada no disposto no artigo 9º do CIVA (atividades isentas) devido a uma orientação específica da Autoridade Tributária que enquadrou estas atividades como atividades conexas com a atividade principal, beneficiam igualmente de isenção de IVA. Estas receitas são contabilizadas como Outros Rendimentos e Ganhos representando um valor residual face ao total das receitas.

As receitas previstas para o ano de 2018 poderão ser incrementadas com a apresentação de candidaturas a outras medidas não previstas em sede deste orçamento, às quais a EPAVE poderá ser entidade candidata elegível.

¹ Os subsídios formação Portugal 2020 relativos a 2016 e 2017 incluem a Contribuição Pública Nacional (CPN).

2.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES

Nas despesas correntes, prevê-se para 2018 a necessidade de continuidade no investimento dos Curso Técnico de Eletrónica e Telecomunicações, Curso Técnico de Mecatrónica Automóvel, estes cursos têm particular relevância para a EPAVE, pois representam 70% da oferta dos Cursos Profissionais.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos - Honorários evidencia um decréscimo significativo face ao orçamento inicial de 2017 que reflete alteração no tipo de vínculo de professores, que passaram no regime de prestação de serviços (recibos verdes) para contrato individual de trabalho, procurando-se desta forma reforçar o quadro de professores internos, para a melhoria da qualidade da formação ministrada.

Por consequência verifica-se um acréscimo de gastos com o pessoal fruto da alteração contratual de alguns docentes. O orçamento para 2018 contempla ainda a alteração de carreiras prevista no Contrato Coletivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo publicado no Boletim Trabalho e Emprego.

Na generalidade dos outros gastos, a oscilação está em linha com as variações nos rendimentos previsível para a atividade expectável para 2018.

Projeção de Gastos	2016 - Relatório de Gestão	2017 - Orçamento (a)	2017 - Alteração Permutativa Orçamento	2018 - Orçamental (b)	2018 - % Δ Orçamento (a)/(b)
Fornecedimentos e Serviços Externos					
Trabalhos Especializados	3 822	4 345	4 345	3 373	-22%
Publicidade	11 595	7 400	7 400	8 432	14%
Honorários	203 673	242 530	158 233	164 715	4%
Conservação e Reparação	11 230	5 080	5 080	2 690	-47%
Atualização Software	2 667	4 667	4 667	2 308	-51%
Ferramentas de desgaste Rápido	24 011	22 379	22 379	19 464	-13%
Livros Doc. Técnica	531	125	125	279	123%
Mat. Escritório	1 808	2 586	2 586	2 869	11%
Electricidade	10 300	10 284	10 284	8 470	-18%
Combustíveis	1 558	2 277	2 277	1 113	-51%
Água	963	999	999	671	-33%
Gás	448	491	491	393	-20%
Deslocações e Estadas	71 298	76 627	7 745	46 072	495%
Rendas e Alugueres	6 089	6 395	11 888	13 076	10%
Comunicações	3 691	4 473	4 473	3 397	-24%
Seguros	2 545	4 453	4 453	4 511	1%
Contencioso e Notariado	92	108	108	595	453%
Limpeza , Higiene e Conforto	2 469	1 522	1 522	1 600	5%
	358 788	396 742	249 056	284 028	14%
Impostos e taxas					
	913	1 428	1 428	1 006	-30%
Gastos com o Pessoal					
Remunerações do Pessoal	331 685	306 339	449 861	566 889	26%
Encargos sobre Remunerações	252 017	250 719	361 219	378 869	5%
Seguros Ac. Trabalho	52 291	52 639	83 452	84 744	2%
ADSE - Quotizações	2 230	2 981	3 611	4 533	26%
Indemnização	1 146		1 578	1 731	10%
	24 000				
Encargos 5%/Recibos Verdes	3 108	1 979	4 450	667	-85%
	334 793	308 318	454 311	567 556	25%
Outros Gastos e Perdas					
Subsídios a Formandos	280 464	300 955	300 955	312 900	4%
Outros (Prémios, Anespo, ADSE, Correções)	900	900	900	1 200	33%
	281 364	301 855	301 855	314 100	4%
Total Gastos Correntes					
	975 858	1 008 342	1 006 649	1 166 690	16%
Gastos de Depreciação e de Amortização					
	52 860	48 953	48 953	46 091	-6%
	52 860	48 953	48 953	46 091	-6%
Gastos e Perdas de Financiamento					
Juros Suportados	4 310	4 951	6 644	7 043	6%
Serviços Bancários	1 068	1 357	1 357	814	-40%
	5 378	6 309	8 002	7 857	-2%
Total de Gastos					
	1 034 095	1 063 604	1 063 604	1 220 639	15%

Quadro 7: Previsão dos Gastos.

2.3 AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Para 2018, mantém-se a aposta no **Investimento**, em linha com os últimos anos. Não devemos abdicar da qualidade do ensino ministrado, o que nos obriga a disponibilizar aos formandos o contacto com equipamentos que respondam à constante atualização tecnológica. A manutenção e qualidade das infraestruturas é outra preocupação da EPAVE, seguindo um plano técnico de intervenções que se entendam oportunas.

Em 2017 os investimentos limitaram-se à aquisição de equipamentos correntes.

	V.Aquisição	Amort 18	Taxa	Estado	Autarq	Subsidiado
Edifícios						
Concurso de Infraestruturas 1997	224 459	2 245	5,00%	2 245		
Concurso de Infraestruturas 2005	851 775	27 303	5,00%	13 652	13 652	
Concurso de Infraestruturas FACTORING	247 916	8 057	5,00%		8 057	
Obra do Auditório Comp. CMPVL - 2010	5 340	0	16,66%		0	
	1 329 490	37 605		15 896	21 709	
Equipamentos						
Equipamentos Bar	2 118	0	16,66%			
Imobilizado Geral	565 361	3 862	16,66%			
Medida 1,5 - Reequipamento	25 434	0	25,00%			
Equipamento Transporte	30 610	0	25,00%			
Ativos Intangíveis	6 370	1 292	33,33%			
	649 893	8 488		0	0	
Total	1 979 383	46 091		15 896	21 709	

Quadro 8: Previsão de Amortizações.

Para o ano 2018, prevê-se um **Investimento** total na ordem dos 20.000€, designadamente para Atualização e Aquisição de Software e Hardware, de caráter geral e específico para os Curso Técnico de Mecatrónica Automóvel e Eletrónica de Telecomunicações.

Tendo em conta que parte do **Investimento** foi financiado por subsídios do estado, o efeito das amortizações na conta de réditos é parcialmente compensado pelas regularizações dos respetivos subsídios. As amortizações não subsidiadas, pelo contrário, constituem gastos imputáveis ao período.

2.4 ENCARGOS FINANCEIROS

No que diz respeito à área de financiamento da empresa para 2018, prevê-se um aumento de 21% face ao orçamentado para 2017 com os **gastos de financiamento**. No entanto, é expectável a continuidade da necessidade de financiamento bancário, para fazer face aos atrasos nos fluxos dos subsídios à formação.

Projeção de Gastos	2016 - Relatório de Gestão	2017 - Orçamento (a)	2017 - Alteração Permutativa Orçamento	2018 - Orçamental (b)	2018 - % Δ Orçamento (a)/(b)
Gastos e Perdas de Financiamento					
Juros Suportados	4 310	4 951	6 644	7 043	42%
Serviços Bancários	1 068	1 357	1 357	814	-40%
	5 378	6 309	8 002	7 857	25%

Quadro 9: Gastos de Financiamento.

A conta corrente caucionada existente apresenta o seguinte *plafond* e condições de financiamento:

- ✓ Novo Banco (data de abertura 20 julho 2008): 200.000,00€; Taxa Euribor (3 meses) + spread 4,39%
- ✓ CGD existe a disponibilidade na ordem dos 100.000,00€, com taxa de juro de 3,97%.

3. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS 2018

Rubricas	2016 - Relatório de Gestão	2017 - Orçamento	2017 - Alteração Permutativa Orçamento	2018 - Orçamental	Variação % do Orçamento
Rendimentos					
Serviços prestados - Empresas	10 252	9 272	9 272		-100%
Subsídio Câmara (CPN - 15%Candidaturas)		0		168 782	100%
Subsídios Formação Portugal 2020	1 014 110	1 026 582	1 026 582	1 008 804	-2%
	1 024 363	1 035 854	1 035 854	1 177 586	14%
Juros e Outros Rendimentos Similares	106	38	38	276	623%
Imputação Subsídios para Investimentos	37 629	37 605	37 605	37 638	0%
Outros Rendimentos e Ganhos			0	11 992	100%
Total de Rendimentos	1 062 098	1 073 498	1 073 498	1 227 492	14%
Gastos					
Fornecimentos e Serviços Externos	358 788	396 742	249 056	284 028	-28%
Impostos e taxas	913	1 428	1 428	1 006	-30%
Gastos Com Pessoal	331 685	306 339	449 861	566 889	85%
Encargos c/ Recibos Verdes	3 108	1 979	4 450	667	-66%
Outros Gastos e Perdas	281 364	301 855	301 855	314 100	4%
	975 858	1 008 342	1 006 649	1 166 690	16%
Gastos de Depreciações e Amortização	52 860	41 813	41 813	46 091	10%
Gastos e Perdas Financiamento	5 378	6 309	8 002	7 857	25%
Total de Gastos	1 034 095	1 056 464	1 056 464	1 220 639	16%
Imposto Sobre o rendimento do período		1 752			
	26 251	17 034	17 034	6 853	60%

Quadro 10: Evolução dos Resultados.

Pela análise do quadro 10, verifica-se um **Resultado Líquido** previsto para 2018 de 6.853€, refletindo um orçamento equilibrado.

4. NOTAS FINAIS

O Plano Anual de Atividades e Orçamento para 2018 contempla novas perspetivas a desenvolver, que possam representar um salto decisivo para a Escola como instituição, aproveitando as oportunidades do quadro de apoio comunitário Portugal 2020, da política de ensino e a concretização dos projetos de colaboração com outras instituições.

Na componente empresarial e institucional, a EPAVE alargará as parcerias existentes, quer na promoção da formação empresarial, quer na participação em projetos comuns, junto da comunidade local, através das suas instituições, bem como outras distritais, nomeadamente a Associação Industrial do Minho, Associação Comercial de Braga, Universidade do Minho, Comunidade Intermunicipal do Ave, entre outras.

Paralelamente, a EPAVE candidatar-se-á a medidas de incentivo ao crescimento como a "Inclusão de apoios para aquisição de Equipamentos e Instalações e execução de requalificação, remodelação e ampliação das escolas profissionais no Quadro da Programação Nacional dos Fundos Estruturais Comunitários para 2014-2020", de acordo com as indicações da Associação Nacional das Escolas Profissionais - ANESPO.

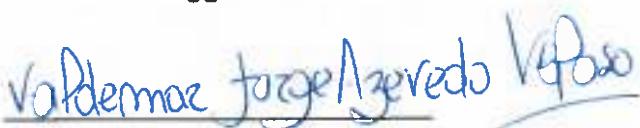
No seguimento de novas perspetivas, prevê-se também um reforço substancial na participação da EPAVE no programa comunitário europeu Erasmus+, na mobilidade de alunos, professores e staff.

Face ao exposto, a EPAVE apresenta junto do sócio Câmara Municipal Póvoa de Lanhoso o presente Plano de Atividade e Orçamento.

Póvoa de Lanhoso, 30 de Novembro 2017

O Conselho de Administração

CC



Valdemar Jorge Alzevedo
Póvoa



Maria Gabeira Ribeiro Fonseca



José Paulo Gomes Soeiro



Anexo I – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE: EBAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVEI.EM

Quadro 11: Plano Plurianual de Investimento

Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

Alberto Alves Martins
Rua Padre António Vieira, 52 – 1ºDto.
4425 - 702 Pedroços - Maia
Portugal
Telephone +351 22 017 83 76
Mobile +351 96 706 69 99
Facsimile +351 22 017 83 76
Web [linkedin.com/in/AlbertoMartins](https://www.linkedin.com/in/AlbertoMartins)
E-mail amadsm@gmail.com

Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea f) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, apresento o meu parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2018, da Epave – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., consistindo, nos projectos dos planos de actividades anuais e plurianuais; projecto do orçamento anual (cuja conta de exploração previsional apresenta 1.227.492 euros de rendimentos, 1.220.639 euros de gastos e um resultado líquido positivo de 6.853 €), incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e a autarquia local.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A minha responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedi teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O meu trabalho foi efectuado com base na Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional; a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; a adequação da apresentação da informação previsional; (b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendo que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.



Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

7. Devo contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfase

8. Conforme mencionado no parágrafo 2.1 Orçamento das receitas correntes, com a publicação da Portaria n.º 60-C/2015 de 2 de março, alterada pelas Portarias nºs 181 -A/2015, de 19 de junho, e 190- A/2015, de 26 de junho e ainda pela Portaria n.º 148/2016 de 23 de maio, foram estabelecidas as regras aplicáveis ao cofinanciamento pelo Fundo Social Europeu (FSE) no que se refere às operações do domínio do capital humano, nas áreas da educação e formação de jovens e adultos. Assim passou a preconizar o artigo 3º desta portaria que quando os beneficiários das operações sejam serviços da administração autárquica ou empresas públicas, a contribuição pública nacional é por si suportada conforme previsto no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto -Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro. Entende o Conselho de Administração da EPAVE que se verifica uma incerteza quanto ao enquadramento da escola como serviço da administração autárquica ou empresa pública, razão pela qual, tem vindo a reconhecer que o organismo gestor do POCH é devedor à EPAVE da totalidade do subsídio contratualizado, das ações de formação que tem vindo ou virá a ministrar e para as quais já foi ou será submetido pedido de saldo. O orçamento foi preparado tendo por base este pressuposto que caso não se verifique, poderá condicionar o cumprimento integral dos objetivos do orçamento e o seu equilíbrio financeiro.

Póvoa de Lanhoso, 5 de dezembro de 2017.

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, ROC



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

CERTIDÃO

-----**João Manuel Correia Rodrigues Duque**, Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, CERTIFICA, para os devidos efeitos, que na sessão ordinária daquele órgão, realizada no dia 27 de dezembro de 2017, foi deliberado o ponto dez (10) da ordem de trabalhos, ficando a Assembleia Municipal inteirada da informação trimestral da EPAVE, E.M., para efeitos do direito à informação previsto na Lei 50/2012, de 31 de agosto.-----

Para constar, passo a presente certidão que data e assino.

Póvoa de Lanhoso, 28 de dezembro de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(**João Manuel Correia Rodrigues Duque, Dr.**)